

Não há a menor sombra de dúvida quanto ao destacado papel da pesquisa e da inovação tecnológica no espetacular avanço da agropecuária brasileira nos últimos 50 anos. E para deixar isso claro, nunca é demais ressaltar que até os anos 60 o Brasil era importador de alimentos, e hoje estamos entre os maiores exportadores mundiais.

O trabalho da Embrapa nessa mudança foi notável, mas não foi o único. Institutos estaduais de desenvolvimento tecnológico, Universidades e mais recentemente empresas privadas, também tiveram participação nesse processo. E é uma pena observar a penúria em que muitos destes institutos estão hoje mergulhados, fruto da desatenção de governos estaduais nas últimas décadas. O célebre Instituto Agrônomo de Campinas talvez seja o exemplo mais triste disso: no passado teve importância capital na criação de variedades promissoras de café, algodão, milho, cana-de-açúcar, arroz, feijão, produtos que antes do advento da soja foram o esteio do agro brasileiro, sem falar em técnicas de cultivo e tratamentos culturais também desenvolvidos.

Portanto, é até óbvio defender a pesquisa e exigir dos governos federal e estaduais uma maior atenção para com seus institutos: é puro interesse da sociedade em geral, dados os benefícios auferidos por ela quanto ao aumento da oferta e a consequente queda de preços dos produtos essenciais para a vida cotidiana, como alimentos, energia e fibras.

Por outro lado, o cenário rural que orientou a criação da Embrapa em 1973 mudou completamente, e é muito relevante rediscutir o seu modelo de funcionamento.

Os Centros de Pesquisa da Embrapa foram criados com base nas demandas de produtos específicos em suas eco-regiões. O exemplo do notável Centro de Soja, em Londrina, é interessante: era um produto mais voltado para o sul e sudeste do país, e hoje é cultivado em todas as regiões. Como essa, outras alterações ficaram explicitadas pelo último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE, e que pedem readequação da Embrapa.

Recente estudo socioeconômico mostra que cerca de 20% dos agropecuaristas brasileiros produzem 80% do Valor Bruto da Produção nacional, certamente grandes produtores que tiveram acesso a inovações técnicas. Isso pode significar a marginalização dos pequenos, o que seria péssimo para o tecido social e político no campo. E pode piorar com a chegada da biotecnologia, da nanotecnologia, da bioeconomia, da inteligência artificial, da conectividade, da internet das coisas. A era digital traz automação, algoritmos, softwares, sensores, drones e robôs, e aí de quem ficar fora disso tudo. Que dizer da sustentabilidade, essencial para a competitividade? E nesse capítulo, onde estão os estudos definitivos sobre biomas como o pantanal, a caatinga, a floresta tropical úmida? Ou a exploração sustentável da floresta amazônica? Ou o estabelecimento do PSA previsto no Código Florestal?

Enfim, há uma enorme agenda a ser trabalhada pela ciência do agro, que demanda a revisão do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária criado nos anos 70 sob a coordenação da Embrapa e que incorpore para valer as demais instituições de pesquisa de estados, Universidades e empresas privadas.

Está em tempo de construir um novo pacto da Embrapa com a sociedade e o mercado para redefinição de papeis da pesquisa do setor público e privado, e de elaborar um modelo jurídico que dê maior agilidade e flexibilidade à empresa, com redução da burocracia e acesso a recursos internos e internacionais.

Novos Governos na República e nos Estados são o momento para essa revisão profunda da ciência para o campo.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas**